

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 257P7-044-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de julho de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.914	202
Contas a receber	-	484	484
Tributos a recuperar	10	2.223	707
Estoques	8	-	2.250
Adiantamento a fornecedores	9	1.126	2.826
Despesas antecipadas	11	276	584
Outros créditos	-	105	105
Ativos de contrato de concessão de serviços	7	7.839	-
Total do ativo circulante		33.128	7.157
Ativo não circulante			
Transações com partes relacionadas	17	27.178	33.621
Impostos diferidos	23	4.826	959
Imobilizado	12	87	63
Ativos de contrato de concessão de serviços	7	30.484	15.405
Outros créditos	-	374	-
Total do ativo não circulante		70.788	50.048
Total do ativo		103.916	57.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	13	9.130	3.800
Salários e encargos sociais	14	1.858	271
Tributos correntes a recolher	15	1.976	915
Empréstimos e financiamentos	16	41.121	-
Total do passivo circulante		54.085	4.986
Passivo não circulante			
Transações com partes relacionadas	17	1.786	-
Impostos diferidos	23	5.461	2.195
Total do passivo não circulante		7.247	2.195
Patrimônio líquido			
Capital social	18	51.480	51.480
Lucro líquido/prejuízo acumulado	-	(8.896)	(1.456)
Total do patrimônio líquido		42.584	50.024
Total do passivo e do patrimônio líquido		103.916	57.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública

Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	19	25.929	10.896
Custo dos serviços prestados	20	(32.193)	(12.681)
Lucro bruto		(6.264)	(1.785)
Despesas administrativas e comerciais	21	(2.451)	(2.605)
Despesas tributárias		(130)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(8.845)	(4.390)
Receitas financeiras	22	278	1.622
Despesas financeiras	22	(2.741)	(125)
Resultado financeiro		(2.463)	1.497
Prejuízo antes dos impostos		(11.308)	(2.893)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	3.868	982
Prejuízo do exercício		(7.440)	(1.912)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública

Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(7.440)	(1.912)
Resultado abrangente total	(7.440)	(1.912)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		51.480	456	-	51.936
Prejuízo do exercício	18	-	-	(1.912)	(1.912)
Compensação com reserva de lucros	18.2	-	(456)	456	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		51.480	-	(1.456)	50.024
Prejuízo do exercício	18	-	-	(7.440)	(7.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		51.480	-	(8.896)	42.584

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(11.308)	(2.893)
Ajustes ao resultado do exercício			
Depreciação	-	20	6
Impostos diferidos (passivo)	-	3.266	1.409
Juros sobre empréstimos e financiamentos		974	-
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Clientes	-	-	(484)
Estoques	-	2.250	(2.250)
Adiantamento a fornecedores	-	1.700	(2.826)
Impostos a recuperar	-	(1.516)	(407)
Despesas antecipadas	-	308	(571)
Outros ativos circulantes	-	0	(105)
Ativos de Contratos (AC)	7	(22.918)	(9.891)
Outros ativos não circulantes		(374)	-
Fornecedores	-	5.330	3.599
Salários e encargos sociais	-	1.587	271
Tributos correntes a recolher	-	1.061	712
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos		(131)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(19.750)	(13.430)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Transações com partes relacionadas	-	8.229	(24.675)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(44)	(69)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		8.185	(24.744)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	42.667	-
Pagamento de outros empréstimos e financiamentos	-	(2.390)	-
Integralização do capital social	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		40.277	-
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		28.712	(38.174)
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	-	202	38.376
Caixa e equivalentes de caixa fim do exercício	-	28.914	202
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		28.712	(38.174)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (“Companhia”), companhia privada de capital fechado por ações, foi constituída em 10 de junho de 2022 e está estabelecida a Rua Dr. Argemiro Orlando Doto, nº 76 – Jardim Nova Califórnia, Campinas – SP. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem por objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços de iluminação pública do município de Campinas – SP, incluindo o desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da rede municipal de iluminação pública, nela incluindo todos os pontos de iluminação pública localizados dentro dos limites territoriais do Município de Campinas – SP, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão, firmado entre o Município de Campinas (Poder Concedente) e a Companhia (o “Contrato”), em virtude do procedimento licitatório constante no Edital da Concorrência nº 09/2021 (Edital).

O Termo de Concessão 135/22 foi assinado em 12 de setembro de 2022 com prazo de vigência de 13 anos, contados a partir da data de eficácia, podendo ser prorrogado por igual período.

Compõem o objeto do Contrato de Concessão as seguintes atividades:

- **Desenvolvimento, expansão e modernização:** elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços necessários à atualização, adequação e expansão da rede municipal de iluminação pública, para atendimento das obrigações, especificações e parâmetros de qualidade previstos no contrato, incluída a implantação de sistema de telegestão;
- **Eficientização Energética:** elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços na rede municipal de iluminação pública necessários ao atendimento das metas de redução de consumo de energia elétrica;
- **Operação e manutenção:** atividades operacionais e de manutenção preventiva e corretiva da rede municipal de iluminação pública para atendimento das especificações e parâmetros de qualidade previstos no contrato.

A Companhia poderá também explorar atividades relacionadas, diretamente ou mediante a celebração de contratos com terceiros, desde que previamente autorizado pelo poder concedente e desde que a exploração comercial pretendida não prejudique os padrões de segurança, qualidade e desempenho dos serviços e seja compatível com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato.

Atualmente o projeto encontra-se na fase II do Contrato e já havia realizado a modernização de aproximadamente 20 mil pontos de iluminação pública até o final do exercício de 2024.

Como usual em implementação de projetos de infraestrutura, a Companhia encontra-se na fase caracterizada pelos investimentos necessários para construção e desenvolvimento dos ativos operacionais, onde é comum que haja consumo significativo de recursos financeiros, impactando temporariamente os indicadores de liquidez, e que são equacionados por aportes de capital dos acionistas e/ou captações de recursos por meio de financiamentos.

A conclusão da fase de investimentos pela Companhia está prevista para final do primeiro semestre de 2026, alcançando partir de então a integralidade da sua remuneração prevista conforme Contrato de Concessão, além da redução dos custos e despesas operacionais ocasionados pela redução das atividades e menor manutenção da tecnologia implementada no parque de iluminação pública.

Atualmente a Companhia está em fase final da estruturação da sua 2ª emissão debêntures, a qual será destinada a liquidação da 1ª emissão e realização dos demais investimentos para conclusão do projeto.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, que compreendem aquelas incluídas da legislação societária brasileira e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de julho de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, pois representa todas as condições principais de operação: receitas, custos e despesas principais. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a: avaliação dos ativos de contratos pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, conforme previsto no contrato de concessão.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superior a um ano.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

3.1. Ativos de Contrato de Concessão

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) ou TIR por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. A revisão ensejará ajustes no Valor Justo deste ativo.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP (Parceria Público Privada) (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance). A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

O custo dos estoques compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

3.4. Tributos correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i)** Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii)** Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Nos contratos com a administração pública de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço pré-determinado, de bens e serviços a serem produzidos, com prazo de execução superior a um ano, a receita bruta não se baseia na emissão de notas fiscais, mas no seu auferimento nos termos da legislação pertinente, sendo que, nos contratos firmados com a administração pública, independentemente do prazo de execução/produção do contrato, o pagamento do PIS/PASEP e da Cofins poderão ser diferidos até a data do recebimento do preço. Nessa hipótese, a pessoa jurídica contratada pode excluir da base de cálculo do mês do auferimento da receita o valor da parcela ainda não recebida para adicioná-la à base de cálculo do mês do seu efetivo recebimento.

3.5. Operações com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas com empresas acionistas e outras empresas relacionadas são registradas ao valor da transação, com a apropriação de juros ou encargos, quando houver contrato com estas condições

3.6. Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos do contrato de concessão. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A taxa de depreciação aplicada ao ano é estimada como segue:

Computadores e periféricos: 20%.

Máquinas e equipamentos: 20%.

Móveis e utensílios: 20%.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda como valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração revisa anualmente se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

3.7. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

3.9. Obrigações trabalhistas

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do período e nas demonstrações contábeis. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão de manutenção, relacionada ao término da concessão, tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

3.11. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

a) Receitas operacionais: a Companhia reconhece a receita quando: **(i)** identifica os contratos com os clientes; **(ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(iii)** determina o preço da transação; **(iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **(v)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços.

As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base nos serviços completados mensais.

As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

- **Receita de construção:** refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública do município do Rio de Janeiro. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão;
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação dos valores previstos no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos;
- **Receita de remuneração do ativo de contrato:** refere-se ao registro da TRAC da concessão, que é apurada mensalmente sobre o valor do saldo do ativo de contrato. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no plano de negócios original. (Vide Nota Explicativa nº3.1).

b) Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações contábeis. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Ativo financeiro:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em VJR, e os Títulos e valores mobiliários e as contas a receber de ativo de contrato da concessão são classificados ao custo amortizado. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial;
- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.14. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Durante o exercício de 2024, foram emitidas novas normas, alterações e interpretações contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos órgãos reguladores correspondentes (IASB/IFRS), que passaram a vigorar ou se tornarão vigentes em exercícios futuros.

a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de passivos em circulante e não circulante	As alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações contábeis e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também esclarecem se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si, um instrumento de capital próprio, quais os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7/CPC 40 (R1) - Acordos de financiamento de fornecedores	Acrescenta requerimentos de divulgação sobre informações qualitativas e quantitativas acerca dos acordos de financiamento de fornecedores.
Alterações IFRS 16, CPC 06 - Passivo de arrendamento mercantil <i>sales and leaseback</i> .	As alterações esclarecem os critérios para mensuração e realocação de transações de venda do imóvel em atendimento aos requerimentos da IFRS15.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	01/01/2025
Alterações IAS 21/CPC 02 (R3) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As modificações implementadas exigirão informações mais úteis sobre quando uma determinada moeda não puder ser trocada por outra.	01/01/2025
IFRS S1 e IFRS S2	Resolução CVM nº 193 de 20 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e com o clima, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB)	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	As alterações propostas têm por objetivo dar maior consistência na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, por meio de informações que possam permitir aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. Entre as principais alterações, estão: (i) novas categorias e subtotais na demonstração dos resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) divulgação em notas explicativas sobre métricas não contábeis (EBITDA); e (iii) apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	01/01/2027
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na origem ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas.	01/01/2025

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a risco de mercado relacionado principalmente às variações nas taxas de juros atreladas aos financiamentos contratados para a execução das atividades de modernização e manutenção do parque de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária avaliou os impactos de um aumento ou redução de 100 pontos-base (1 ponto percentual) nas taxas de juros sobre o saldo de suas dívidas indexadas ao CDI, conforme tabela a seguir:

Cenário	Variação CDI	Impacto Anual Estimado no Resultado
Base	-	8.718
+ 100 bps	+ 1,00%	+ 424
- 100 bps	- 1,00%	- 424

O impacto estimado é calculado com base no saldo de financiamentos indexados ao CDI em 31 de dezembro de 2024, considerando a manutenção dos saldos médios ao longo de 12 meses.

A Concessionária não realiza operações de hedge para proteção contra variações de taxas de juros, sendo sua estratégia monitorar as taxas de mercado e analisar oportunidades de pré-pagamento ou renegociação em caso de alterações relevantes que impactem a estrutura de capital.

b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Atualmente a Companhia não está exposta a risco cambiais significativos.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como da possibilidade de incorrer em perdas decorrentes do não recebimento de valores contratados com clientes ou outras partes.

A principal fonte de risco de crédito decorre dos recebíveis junto ao Poder Concedente, conforme definido no Contrato de Concessão. O risco é considerado reduzido, uma vez que os recebíveis possuem garantia contratual e a contraparte é o ente público.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, bem como o plano de investimento e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos com liquidez imediata no valor de R\$ 26.150 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2023) e vencimentos de passivos financeiros conforme apresentado na nota explicativa de empréstimos e financiamentos a seguir.

5.3. Gestão de capital

A Concessionária gerencia sua estrutura de capital buscando assegurar a continuidade operacional e otimizar o retorno aos acionistas, mantendo um nível de endividamento compatível com a geração de caixa projetada ao longo do contrato de concessão.

O endividamento existente, bem como suas condições, está indicado na nota explicativa de empréstimos e financiamentos a seguir.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia e depósitos bancários:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Fixo	8	8
Bancos conta movimento	2.756	-
Aplicações financeiras (i)	26.150	194
Total	28.914	202

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual próxima de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A disponibilidade dos resgates pode ser, à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Os recursos em caixa e equivalentes de caixa serão utilizados para financiamento dos investimentos a serem realizados no âmbito do Contrato de Parceria Público-Privada na Modalidade de concessão Administrativa celebrado entre a Companhia e o Município de Campinas.

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, mantida até o final do contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato		
Circulante	7.839	-
Não circulante	30.484	15.405
Total	38.323	15.405

Composição do ativo financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	15.405	5.514
Constituição/receita de construção	21.408	9.284
Remuneração do ativo de contrato	1.509	606
Saldo final	38.323	15.405

TRAC (ao ano)	6,51%	6,51%
----------------------	--------------	--------------

O saldo se refere ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública do município de Campinas.

A Companhia adota a taxa de 4,00% a.a. como projeção do IPCA, para fins de cálculo da remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação previstos no contrato de concessão. O contrato firmado entre as partes não prevê margem de construção.

O ajuste a valor presente reflete o ajuste de saldos entre o realizado do contrato de concessão e o plano de negócios inicial.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Recebimento	
2025	7.839
2026	14.787
2027	15.257
2028	440

A Companhia avaliou as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado conforme CPC 48. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão relacionada ao término da concessão tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

8. Estoque

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado	-	2.250
Total	-	2.250

Os materiais anteriormente mantidos pela Companhia foram utilizados tanto para efficientização e modernização, alocadas no custo de construção, quanto para a operação e manutenção, contabilizada no resultado da Companhia.

Durante o ano de 2024, os materiais adquiridos foram integralmente utilizados nas operações de manutenção e modernização do parque de iluminação, não sendo mantidos estoques em posição ao final do exercício.

9. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	1.126	2.826
Total	1.126	2.826

Refere-se a pagamentos antecipados realizado a fornecedores, que tem por finalidade a aquisição de insumos e/ou prestação de serviços contratados que serão aplicados na operação da Companhia e/ou consumidos na prestação dos serviços relativos ao contrato de concessão.

10. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar	243	-
Cofins a recuperar	1.116	-
IRRF sobre aplicações	516	516
Outros impostos	347	191
Total	2.223	707

Os créditos de PIS e Cofins decorrem da aquisição de materiais e serviços vinculados às atividades operacionais da Concessionária, sendo utilizados para compensação com os tributos a recolher nas competências subsequentes.

11. Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Seguro de responsabilidade civil	20	59
Seguro risco de engenharia	97	202
Seguro garantia	148	206
Seguro de riscos nomeados e operacionais	-	117
Adiantamentos	11	-
Total	276	584

Movimentação analítica

A movimentação analítica dos prêmios de seguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2022	Adição	Apropriação	31/12/2023
Seguro de responsabilidade civil	-	95	(36)	59
Seguro risco de engenharia		300	(98)	202
Seguro garantia	265	-	(58)	207
Seguro de riscos nomeados e operacionais	-	175	(59)	116
Total	265	570	(251)	584

Custo histórico	31/12/2023	Adição	Apropriação	31/12/2024
Seguro de responsabilidade civil	59	-	(39)	20
Seguro risco de engenharia	202	-	(105)	97
Seguro garantia	206	-	(58)	148
Seguro de riscos nomeados e operacionais	117	43	(160)	-
Total	584	43	(362)	265

Os saldos das despesas antecipadas da Companhia estão representados pelos prêmios dos seguros contratados.

12. Imobilizado

Descrição	% Taxa de depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	56	63
Máquinas e Equipamentos	20	1	-
Móveis e Utensílios	20	30	-
Total		87	63

Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Computadores e periféricos	-	69	-	69
Total	-	69	-	69

Custo histórico	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Computadores e periféricos	69	6	-	75
Máquinas e equipamentos	-	2	-	2
Móveis e utensílios	-	36	-	36
Total	69	44	-	113

Depreciação	31/12/2022	Depreciação	Baixa	31/12/2023
Computadores e periféricos	-	(6)	-	(6)
Total	-	(6)	-	(6)

Depreciação	31/12/2023	Depreciação	Baixa	31/12/2024
Computadores e periféricos	(6)	(13)	-	(19)
Máquinas e equipamentos	-	(0)	-	(0)
Móveis e utensílios	-	(7)	-	(7)
Total	(6)	(20)	-	(26)

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia, utilizando a mesma premissa e base de 31 de dezembro de 2024, não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*. Para essas demonstrações contábeis, não ocorreram mudanças significativas.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de fornecedores da Concessionária estavam assim compostos:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	9.130	3.800
Total	9.130	3.800

Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a obrigações decorrentes da aquisição de materiais, equipamentos e serviços necessários à execução das atividades de modernização, eficientização, expansão e manutenção do parque de iluminação pública, conforme previsto no contrato de concessão.

Os prazos de pagamento dos fornecedores variam, em média, entre 30 e 180 dias, sendo compatíveis com os ciclos operacionais e financeiros do projeto.

14. Salários e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	202	72
INSS a recolher	1.109	85
FGTS a recolher	97	8
IRRF a recolher	177	23
Provisões trabalhistas	273	83
Total	1.858	271

15. Tributos correntes a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Cofins a recolher (i)	835	279
PIS a recolher (i)	178	57
Contribuição Social 5952 (ii)	373	194
IRRF (ii)	146	89
ISS (i)	147	91
INSS (ii)	93	2
IRPJ (iii)	148	147
CSLL (iii)	55	55
Total	1.976	915

(i) Impostos sobre o faturamento e provisão de receita: refere-se aos tributos incidentes sobre as vendas e serviços prestados, bem como às provisões feitas para receitas futuras;

(ii) Impostos sobre retenções de fornecedores: inclui os impostos retidos na fonte sobre pagamentos a fornecedores, como IRRF, PIS, Cofins e CSLL;

(iii) Impostos em aberto sobre o lucro do exercício anterior: refere-se aos tributos devidos sobre o lucro do exercício anterior que ainda não foram pagos, sem a incidência de multas e juros.

16. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de empréstimos e financiamentos da Concessionária estão compostos conforme segue:

	Vencimento	Encargos Financeiros	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (1ª emissão)	25/10/2025	CDI + 6% a.a.	40.832	-
Santander - CCB (i)	14/11/2025	2% a.m.	289	-
Total			41.121	-

(i) A Concessionária possui contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Santander S.A., utilizado para financiar o capital de giro das atividades da Companhia. A operação apresenta encargos financeiros pré-fixados;

(ii) Durante o exercício de 2024, a Concessionária também realizou em 25 de outubro a 1ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 40.000 mil, não conversíveis em ações, com garantia real, lastreadas nos recebíveis do contrato de concessão, para financiamento das atividades de modernização e expansão do parque de iluminação pública, vinculado ao contrato de concessão. A operação possui como garantia os direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, conforme previsto nos instrumentos de financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A evolução dos empréstimos e financiamentos no exercício de 2024 é demonstrada a seguir:

	CCB Santander	Debêntures	Total
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
(+) Captações	277	40.000	40.277
(+) Juros apropriados	12	832	844
Saldo em 31/12/2024	289	40.832	41.121

A posição dos saldos de empréstimos e financiamentos por vencimento em 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	41.121	-
Acima de 1 ano	-	-
Total	41.121	-

17. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir e referem-se a conta corrente junto a acionistas e/ou empresas relacionadas para gestão de caixa, os quais são pactuados sem encargos e sem vencimento:

Acionistas	31/12/2024	31/12/2023
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	2.837	9.125
Green Luce Soluções Energéticas S/A	6.990	7.120
Proteres Participações S/A	17.285	17.285
Total do ativo	27.112	33.530

Empresas relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Feira de Santana S.A.	50	50
Light Technology Serviços e Empreendimentos S.A.	16	16
Smart RJ Concessionaria de Iluminação Pública SPE S.A.	-	25
Total ativo	66	91

Total ativo partes relacionadas	27.178	33.621
--	---------------	---------------

Empresas relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Conecta Brasil S.A.	948	-
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Ribeirão Preto S.A.	753	-
Smart RJ Concessionaria de Iluminação Pública SPE S.A.	85	-
Total passivo	1.786	-

Total passivo partes relacionadas	1.786	-
--	--------------	---

Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2024, não foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores nenhum montante, nem pagos na forma de salários, não existindo bônus ou quaisquer outras formas de remuneração pela Companhia, sendo realizados por outras empresas do grupo.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social de R\$ 51.480 foi totalmente integralizado em 1º de julho de 2022, representado por 51.480.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Ações	Valor (R\$)
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	13.384.800	13.384.800
Green Luce Soluções Energéticas S/A	13.384.800	13.384.800
Proteres Participações S/A	1.029.600	1.029.600
Severo Villares projetos e Construções	23.680.800	23.680.800
Total	51.480.000	51.480.000

18.2. Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia, em conformidade com seu estatuto social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do exercício após as deduções legais e estatutárias, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de lucros mínimos obrigatórios, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências, conforme definido pelo estatuto social).

19. Receita operacional, líquida

	2024	2023
Receita de operação e manutenção (a)	7.320	2.812
Receita bruta de construção (b)	21.408	9.284
Remuneração do ativo de contrato (c)	1.509	606
Receita operacional	30.238	12.703
Imposto sobre a receita (ISS)	(366)	(14)
Imposto diferido sobre a receita (ISS)	(1.146)	(494)
Imposto sobre a receita (PIS)	(121)	(46)
Imposto diferidos sobre a receita (PIS)	(378)	(163)
Imposto sobre a receita (Cofins)	(556)	(211)
Imposto diferidos sobre a receita (Cofins)	(1.742)	(752)
Total	(4.309)	(1.807)
Receita operacional líquida	25.929	10.896

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

(a) Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, visando ações corretivas e preventivas, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento;

(b) Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública do município de Campinas. O reconhecimento e contabilização das receitas ocorre à medida que os custos efetivos são incorridos;

(c) Refere-se à taxa de remuneração do ativo de contrato aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura. As taxas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

20. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Materiais	(1.225)	(349)
Pessoal	(4.776)	(1.382)
Serviços	(7.054)	(2.637)
Arrendamentos e aluguéis	(780)	(352)
Custo de construção (a)	(18.358)	(7.961)
Total custos dos serviços prestados	(32.193)	(12.681)

(a) Refere-se aos custos necessários referente materiais e mão de obra aplicados na prestação de serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública do município de Campinas.

21. Gerais e administrativas

	2024	2023
Materiais diversos	(36)	(73)
Utilidades e serviços	-	(30)
Telecomunicações	(10)	(4)
Viagens e estadias	-	(65)
Despesas administrativas	(437)	(572)
Consultoria e assessoria	(570)	(527)
Segurança e vigilância	(318)	(284)
Administração e projetos	(489)	(626)
Despesa de locação	-	(3)
Despesas gerais	(265)	(149)
Seguros	(306)	(266)
Total despesas gerais e administrativas	(2.432)	(2.599)
Depreciação	(20)	(6)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(20)	(6)
Total despesas administrativas e comerciais	(2.451)	(2.605)

22. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	278	1.622
Total	278	1.622
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(10)	(5)
Juros de mora (a)	(1.361)	(4)
Multa sobre recolhimento em atraso	-	(6)
IOF	(21)	(3)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(974)	(30)
Despesas estruturação financiamento	(313)	
Outras despesas financeiras	(62)	(77)
Total	(2.741)	(125)
Total resultado financeiro, líquido	(2.463)	1.497

(a) Refere-se a valores incorridos em função dos atrasos e negociações realizados junto a fornecedores para pagamentos realizados em datas posteriores as datas de vencimento originais;

(b) O saldo de juros sobre empréstimos e financiamentos refere-se ao valor de R\$ 131 provenientes do cheque especial e R\$ 872 relativos a debêntures e CCBs do Santander, totalizando R\$ 974. Durante o período, os pagamentos realizados referentes ao cheque especial somaram R\$ 2.390.

23. Impostos diferidos

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferida:

Os impostos diferidos são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.883	152
Diferenças temporárias:		
Provisão para custos incorridos	2.943	807
Ativo diferido (i)	4.826	959

b) Outros impostos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido	(632)	(254)
Cofins diferido	(2.913)	(1.171)
ISS diferido	(1.916)	(770)
Passivo diferido (ii)	(5.461)	(2.195)

(i) O ativo fiscal diferido é registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes sendo reconhecido sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Esse ativo representa o benefício futuro de redução de impostos a pagar, decorrente principalmente dos prejuízos fiscais, e a realização está prevista para ocorrer ao longo da vigência do contrato de concessão, conforme projeções financeiras elaboradas pela administração;

(ii) O passivo fiscal diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias tributáveis que resultarão em tributos a pagar no futuro, em conformidade com o regime de competência. Essas diferenças estão relacionadas principalmente ao reconhecimento da receita de construção e remuneração do ativo de contrato, que serão tributadas ao passo do recebimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	2024	2023
Lucro/prejuízo do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social	(11.308)	(2.893)
Alíquota sobre LAIR	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social	3.868	982
Despesa de imposto corrente	-	-
Despesa de imposto diferido	(3.868)	(982)

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência (De/Até)	Limite máximo de indenização (em milhares de reais)
Riscos nomeados e operacionais	Cobertura básica de danos materiais, cobrindo todos os riscos operacionais, ocorridos de forma acidental, súbita e imprevista aos bens segurados, incluindo, mas não limitados a: • Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza; • Desmoronamento, terremoto; • Queda de aeronave; • Quebra de máquinas; • Equipamentos portáteis.	01/09/2024 até 01/09/2025	30.000
Risco de engenharia	Serviço de iluminação pública: compreendendo o planejamento, a operação, a manutenção, a recuperação, a ampliação, a instalação, a implantação, a modernização, a efficientização, o melhoramento e o desenvolvimento da rede e demais infraestruturas aplicadas ou que impactem na Iluminação Pública. Serviços complementares: substituição de postes de uso exclusivo de Iluminação Pública, ampliação da rede, operação e manutenção das unidades adicionais. Centro de controle operacional: construção, instalação/montagem e colocação em operação.	24/01/2023 até 01/12/2025	93.000
Responsabilidade civil geral	Obras civis e/ou serviços de instalação e/ou montagem de máquinas e/ou equipamentos: • Obras civis; • Montagens e instalações; • Fundações; • Erro de projeto; • Cruzada.	24/01/2023 até 30/06/2025	20.000

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência (De/Até)	Limite máximo de indenização (em milhares de reais)
Seguro garantia	Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.	25/07/2022 até 25/07/2027	8.580

25. Contingências ativas e passivas

A Concessionária é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, incluindo questões de natureza tributária, trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2024, não existiam contingências ativas ou passivas consideradas relevantes pela Administração e por seus assessores jurídicos que pudessem gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis ou que exigissem o registro de provisões.

A Companhia é parte em processo judicial de natureza cível no valor de R\$ 1.435 mil, classificado pela assessoria jurídica como de perda possível, movido por fornecedor, referente à cobrança de valores relativos ao fornecimento de equipamentos utilizados nas atividades de modernização e efficientização do parque de iluminação pública. Os valores discutidos na ação já se encontram integralmente registrados no saldo de fornecedores em aberto nas demonstrações contábeis, não sendo necessária a constituição de provisão adicional para contingências.

A Administração, juntamente com seus assessores legais, acompanha regularmente os processos e entende que não há riscos que possam impactar a continuidade operacional do projeto ou o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

26. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, até a data de autorização para emissão destas demonstrações, e não identificou eventos subsequentes que possam impactar de forma relevante a posição patrimonial, financeira ou o resultado da Concessionária, ou que requeiram divulgação adicional ou ajuste nas presentes demonstrações contábeis.

* * *